

Terça- feira, 24 de março de 2015

**Assunto:** Acesso às cirurgias de reatribuição de sexo para pessoas trans no Serviço Nacional de Saúde**C/C:** Ordem dos Médicos; Grupos Parlamentares (PPD/PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV)Exmo. Senhor Ministro da Saúde,  
Dr. Paulo Macedo

**A Ação pela Identidade - API é uma organização não-governamental liderada por jovens ativistas que tem como fim a defesa e o estudo da diversidade de género, incluindo a experiência das pessoas trans e intersexo. Partimos de uma perspectiva de igualdade e não-discriminação, conscientes da interseccionalidade entre diferentes questões identitárias, nomeadamente raça/etnia, sexo/género, situação sócio-económica, deficiências ou religião.**

As Cirurgias de Reatribuição de Sexo (CRS), nome genérico que habitualmente designa o conjunto de tratamentos cirúrgicos utilizados junto da população trans com fim à transição de género, são legais em Portugal desde 1995, data em que a Ordem dos Médicos suprimiu a proibição das mesmas no seu Código Deontológico, passando a autorizá-las a todas e todos os utentes que recebam um diagnóstico de “transexualismo ou disforia de género” (Capítulo VIII do referido Código). Acrescenta-se que a necessidade clínica de muitas pessoas trans em realizar estas cirurgias é amplamente consensual entre a comunidade científica, pelo que nos limitamos aqui a remeter para a consulta dos dados divulgados pela WPATH - World Professional Association for Transgender Health, publicados nos seus *Standards of Care for the Health of Transsexual, Transgender and Gender Nonconforming People, Version 7 (2011)* e em outras publicações.

Após a legalização destes tratamentos cirúrgicos em Portugal, estes foram integrados na oferta clínica prestada pelo Serviço de Cirurgia Plástica do Hospital de Santa Maria (HSM), hoje parte do Centro Hospitalar Lisboa-Norte, sob a responsabilidade do Dr. Manuel Godinho de Matos, tendo a primeira vaginoplastia sido realizada em 1999 e o mesmo profissional mantido a realizar estas cirurgias até à sua reforma, em 2005. Ao recordar a cronologia da realização de CRS em Portugal não podemos colocar de lado a narrativa de sofrimento e maus resultados que decorreram desta primeira fase das mesmas, com diversos relatos de utentes que se viram mutilados, colocando os seus genitais em situação de disfunção, em alguns casos irreversível e, noutros, obrigando os utentes a procurar cirurgias corretivas fora do país (quando, obviamente, as possibilidades financeiras dos mesmos lhes permitia).

No período de 2005 a 2011, as CRS mantiveram-se no mesmo Serviço de Cirurgia Plástica, agora sob a responsabilidade do Dr. João Décio Ferreira, e também até à reforma deste profissional de saúde. O Dr. João Décio Ferreira teve o mérito de conquistar a confiança de inúmeras pessoas trans, tanto por ter assumido com sucesso a realização de cirurgias corretivas nos utentes do seu antecessor, quer por se ter dedicado ao desenvolvimento de técnicas cirúrgicas inovadoras a nível mundial (reconhecidas nomeadamente junto da World Professional Association for Transgender Health, que congrega os mais renomados profissionais de saúde que trabalham com pessoas trans em todo o mundo), inspiradas por mais de três décadas de experiência em reconstruções genitais com utentes de outras tipologias.

Desde 2011, após a reforma do Dr. João Décio Ferreira, o HSM deixou gradualmente de aceitar utentes no seu Serviço de Cirurgia Plástica (registando-se, embora, a realização de algumas cirurgias depois da saída do Dr. João Décio Ferreira, nomeadamente mamoplastias de aumento), assim como deixou de oferecer a possibilidade das pessoas trans masculinas realizarem histerectomias neste hospital, através do Serviço de Ginecologia. Entretanto foi apresentada a nível nacional a Unidade de Reconstrução Génito-Urinária e Sexual (URGUS), uma unidade multidisciplinar criada com o objectivo de centralizar todos

os serviços clínicos necessários à reatribuição de sexo em pessoas trans, assim como acompanhar outros casos de saúde génito-urinária e sexual (nomeadamente o acompanhamento de pessoas intersexo).

Desde a sua criação, a URGUS apresentou vários profissionais de saúde, de diferentes áreas, na sua coordenação, nomeadamente o Dr. António Reis Marques (psiquiatria), o Dr. Celso Cruzeiro (cirurgia plástica) e a Dra. Lígia Fonseca (psicologia clínica). Foram também diversos os profissionais de saúde associados a esta unidade, nomeadamente os cirurgiões plásticos Dr. Ricardo Carvalho e Dra. Susana Pinheiro, além do referido Dr. Celso Cruzeiro, e também profissionais da especialidade de urologia e ginecologia. No sentido de capacitar a equipa cirúrgica para realizar as CRS ao nível genital, a URGUS terá enviado o Dr. Ricardo Carvalho (interno do serviço) para ser formado em Gent, Bélgica, e, depois do seu regresso, promovido a visita a Coimbra do Dr. Rados Djinovic (Sérvia) para acompanhar a realização das suas primeiras cirurgias, em dezembro de 2011: o primeiro tempo de uma faloplastia com um retalho livre baseado no músculo do grande dorsal e uma vaginoplastia com inversão da pele do pénis.

Dos resultados destas duas cirurgias, assim como das que lhe terão seguido, nada se sabe. As dúvidas iniciam-se logo quanto a saber quantas foram as cirurgias realizadas pela URGUS entre 2012 e 2014. Várias notícias na imprensa sugerem diversos números, sendo os mais recentes aqueles que a Dra. Susana Pinheiro revela em entrevista ao telejornal da SIC (17/03/2015): dez utentes com os seus processos cirúrgicos considerados como concluídos e sete utentes a aguardar o início ou conclusão das suas cirurgias. Um número reduzido, especialmente aquele dos utentes em lista de espera, quando os dados divulgados em 2011 davam conta de uma lista com cerca de vinte pessoas em espera para serem operadas no Serviço de Cirurgia Plástica do HSM (jornal i, 03/03/2011), que aparentemente não transitaram na sua totalidade para o novo serviço em Coimbra, aos quais seriam acrescentados mais dezasseis novos casos autorizados pela Ordem dos Médicos em 2011 (Diário de Notícias, 09/09/2011).

Sobre os resultados concretos, ou seja os níveis de satisfação e a qualidade do serviço prestado, não há quaisquer dados pela parte da URGUS. As incertezas levantadas pelos números e informações contraditórias noticiadas pela imprensa, combinados com a falta de resposta e clareza por parte da URGUS, têm vindo a criar um clima de instabilidade entre a população trans - visto que as mesmas se vêem sem uma resposta assertiva e de qualidade junto do SNS e, na sua esmagadora maioria, estão financeiramente impedidas de aceder a tratamentos cirúrgicos nos serviços privados, nacionais ou estrangeiros.

As informações que nos chegam através das próprias pessoas trans são também díspares e contraditórias. Pessoas com os seus diagnósticos clínicos completos e avalizados pela Ordem dos Médicos, ao tentarem contactar a URGUS, tanto são reencaminhadas para o Serviço de Psiquiatria como são encaminhadas para o Serviço de Cirurgia Plástica, revelando desde logo que a URGUS não dispõe de um serviço centralizado para receber novos utentes e os reencaminham para a especialidade que efetivamente necessitam (um contacto aleatório para a linha telefónica geral de atendimento dos Hospitais Universitários de Coimbra comprova que os funcionários desconhecem a existência da URGUS e para onde devem reencaminhar utentes que requeiram o contacto com esta unidade). A informação prestada pelos diferentes serviços também é díspar: enquanto que no Serviço de Psiquiatria informam os utentes de longas listas de espera, há relatos de que no Serviço de Cirurgia Plástica informam que não há pessoas para serem operadas.

Relatos ainda mais preocupantes dão conta de utentes a quem é imposta a realização de novos exames e consultas com o fim de confirmar diagnósticos (mesmo quando estes utentes possuem relatórios detalhados dos seus diagnósticos, e o aval da Ordem dos Médicos). De cirurgias propriamente ditas, as experiências são escassas, e algumas pessoas declaram mesmo que não devem partilhar, visto que lhes foi pedido sigilo e discrição por parte dos profissionais que os seguiram. Do pouco que se sabe, a maioria das cirurgias são mamoplastias de aumento e mastectomias, sendo incerto o número de cirurgias genitais. No caso de vaginoplastias, são relatados casos de insucesso, como um caso que terá culminado com o fechamento irreversível da neovagina. A veracidade de alguns destes relatos é, obviamente, difícil de confirmar. Apenas um apuramento dos factos e uma iniciativa assertiva de reposição da verdade poderá terminar com as dúvidas que a criação da URGUS tem suscitado junto das pessoas trans que dela necessitam, assim como das suas famílias e daqueles que lhes são mais próximos.

A nós não nos compete a defesa de nenhum profissional de saúde, nem de nenhuma equipa ou serviço. Procuramos apenas pela reposição da verdade e pela vinculação de informação clara sobre os serviços de saúde disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde, assim como da qualidade e nível de satisfação deles decorrentes. Enquanto contribuintes do Estado português e utentes do Serviço Nacional de Saúde, exigimos tratamentos clínicos à altura das nossas necessidades. Desta forma, vimos solicitar a V. Exa. uma resolução rápida de um problema que se arrasta desde há quatro anos, iniciando uma auditoria ao serviço prestado pela URGUS e uma clarificação sobre os motivos pelos quais o Serviço de Cirurgia Plástica do Hospital de Santa Maria deixou de oferecer estes tratamentos às pessoas trans (mesmo dispondo dos profissionais necessários, sendo que os profissionais que operavam no Serviço de Ginecologia continuam a trabalhar neste hospital, assim como foram realizadas pequenas cirurgias no Serviço de Cirurgia Plástica depois de 2011), sendo claro que a centralização de um serviço como este num único hospital à escala nacional não é solução, ainda mais visto que cada vez se acumulam mais casos em espera.

Para finalizar, afirmamos a nossa própria identidade enquanto pessoas trans que vêm a sua vida em risco e afetadas pelas mais variadas razões a nível social, familiar e mental. Onde esta castração, que dura há vários anos, joga com valores mais altos que a ética médica. Somos pessoas que estão a reivindicar um direito legal e não exigimos nada além disso, apenas a restituição das nossas cirurgias pelo serviço público com a qualidade e clareza que tínhamos no passado.

Pela Ação Pela Identidade,

Júlia Mendes Pereira  
(Co-Diretora)

Santiago D'Almeida Ferreira  
(Co-Diretor)